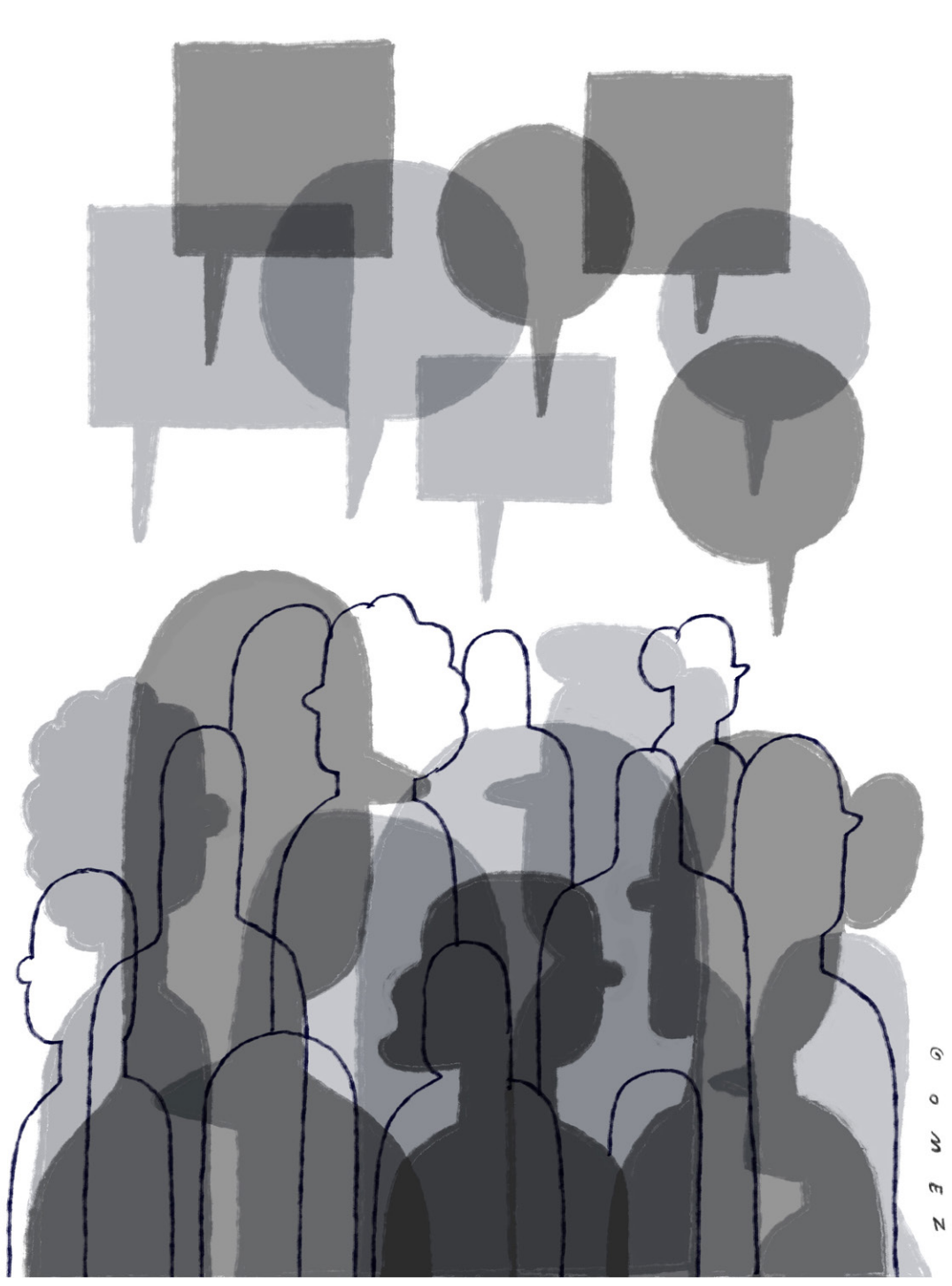
# Por múltiplas vozes no debate da segurança pública

» CAROLINA RICARDO
*Diretora-executiva do Instituto Sou da Paz*



Falta diversidade e multiplicidade no debate da segurança pública no Brasil. Nesse terreno, a polarização costuma gritar alto: ou se adota uma visão que considera que a violência e a insegurança são fruto exclusivamente das desigualdades sociais, sendo possível resolver essas questões apenas quando as mazelas sociais forem solucionadas, ou se adere ao apelo fácil do endurecimento — à crença de que não há alternativa para enfrentar o crime se não for com atuação policial violenta, penas mais severas e armas espalhadas nas mãos de civis. O resultado disso é o empobrecimento da discussão sobre os caminhos mais efetivos para garantir segurança a uma população que se sente desprotegida. Perde não apenas o debate sobre segurança pública, como também perde a qualidade da democracia.

É preciso romper com essa lógica dual na segurança pública. Eis por que é tão importante dar mais colorido ao tema, com diversidade e multiplicidade de visões. Ampliar a qualidade do debate é um desafio, pois temos a absoluta convicção de que, sem espaços democráticos e diversos e sem debate qualificado e racional, avançaremos pouco no aperfeiçoamento de políticas públicas em uma área-chave como é a segurança pública — diferentes pesquisas de opinião têm apontado a segurança como um dos principais, ou às vezes o principal, problema a ser enfrentado pelos governos. Sobretudo num debate que concentra muitas polêmicas, em geral conduzido de forma visceral, pautado pelo medo e marcado por políticas carentes de fundamentação racional, sem bases em evidências sólidas.

O Sou da Paz nasceu há 25 anos para colocar na agenda pública a importância do controle de armas para a redução da violência no país, já que, em 1996, uma pesquisa da ONU colocava o Brasil como o país em que mais se matava com armas de fogo em todo o mundo. A organização seguiu trabalhando em parceria com instituições policiais para construir modelos democráticos e eficientes de policiamento em parceria com organizações e governos locais para desenvolver metodologias de prevenção da violência, além de dedicar esforços contínuos para a qualificação do debate público.

A população brasileira tem escassos exemplos práticos de abordagens eficazes na política de segurança. É frequente que as pessoas demandem apenas maior presença policial nas ruas e mais prisões devido à percepção de ineficácia do Estado em prevenir, investigar, julgar e deter indivíduos de maneira adequada. As evidências mostram, no entanto, que são as políticas que priorizam a prevenção do crime, a reabilitação de infratores, o investimento em inteligência e investigação policial e o uso de dados e integração entre agências que realmente reduzem o crime e a violência e que promovem segurança pública.

Precisamos de uma cooperação estreita entre as instituições públicas, a sociedade civil e as comunidades afetadas, buscando a construção de soluções sustentáveis e inclusivas. Uma lógica que escape das tentações de dar respostas rápidas ao clamor popular por punitivismo. Uma segurança pública eficaz, humana e capaz de gerar resultados positivos no curto e no longo prazo.

Há dois eixos fundamentais: de um lado, atrair mais pessoas dedicadas a discutir e pautar melhores políticas de segurança pública, com controle social fortalecido, uma sociedade mais bem informada e mais engajada sobre o tema e uma juventude participativa, além de debates eleitorais propositivos; de outro, a promoção de políticas de Estado efetivas e com boas práticas, reduzindo a impunidade dos crimes violentos, fortalecendo a capacidade de esclarecimento de homicídios, dando visibilidade a políticas de gestão para resultados na segurança pública e retirando armas, sobretudo as ilegais, de circulação do país.

Esses dois eixos implicam também uma multiplicidade de possibilidades de ação do Estado — muito além do debate reducionista que associa segurança pública à polícia e conjuga combate ao crime às penas mais duras. Isso é fundamental para que a sociedade passe a questionar respostas violentas e punitivas, demandando diferentes formas de lidar com o problema — de maneira mais construtiva, democrática e eficiente.

# Semeando futuros

» HUGO BARRETO
*Diretor-presidente do Instituto Cultural Vale*

» PATRÍCIA DAROS
*Diretora-executiva do Fundo Vale*

Não é novidade que o Brasil tem um imenso potencial para liderar globalmente a transição para uma economia sustentável e resiliente. O governo projeta que o mercado da sociobiodiversidade da Amazônia, atualmente avaliado em US$ 2,5 bilhões anuais, pode atingir US$ 8,1 bilhões até 2050. Esse novo paradigma econômico é impulsionado pela urgência de proteger e recuperar florestas diante dos efeitos da crise climática cada vez mais avassaladores.

Ao longo dos últimos 15 anos, o Fundo Vale tem seguido nessa direção. Criado em maio de 2009 para ser um veículo de investimento privado e voluntário da Vale, o fundo foi estabelecido para promover soluções de impacto econômico e social para proteger e recuperar áreas em biomas ameaçados.

Partimos do princípio de que é preciso reverter a lógica atual que coloca o meio ambiente a serviço da economia para uma nova perspectiva, onde a economia impulsiona a proteção e a recuperação ambiental. Entendemos que a transformação deve ser coletiva, justa e inclusiva.

Passamos a atuar como conectores de ideias, negócios e investimentos. Firmamos parcerias com agentes da sociedade civil, empresas e startups, comunidades tradicionais locais, instituições acadêmicas e científicas, entes públicos, investidores, organizações bilaterais e de cooperação internacional, entre outros.

Por meio desse ecossistema de parcerias, investimos em bioeconomia de diversas formas. Apoiamos negócios que ajudam a manter a floresta em pé e fortalecemos cadeias produtivas em reservas extrativistas. Também promovemos arranjos de negócios inovadores que agregam valor e atraem investimentos aos produtos florestais. Fortalecemos diversas cadeias de valor na Amazônia, como a do pirarucu, da castanha, do açaí, dos óleos, do babaçu e do manejo madeireiro, em 15 áreas protegidas, abrangendo quase 10 milhões de hectares.

Outra frente que priorizamos é a recuperação de áreas na Amazônia e nos demais biomas brasileiros. Comprometidos com a meta da nossa mantenedora de proteger e recuperar 500 mil hectares até 2030, desenvolvemos estratégias para promover negócios agroflorestais e apoiar empreendimentos que visam a recuperação produtiva de áreas em grande escala. Essas iniciativas não apenas ajudam a restaurar ecossistemas, mas também incentivam práticas sustentáveis que recuperam a biodiversidade e geram benefícios socioeconômicos para as comunidades locais.

Ao longo desses 15 anos, fortalecemos nossa estratégia de alocação de recursos e definimos que o nosso capital deve ser paciente, catalítico e flexível. Aportamos e destravamos capital financeiro, assumindo riscos e promovendo arranjos e instrumentos inovadores. Catalisamos investimentos mistos, combinando recursos filantrópicos, privados e públicos. Dessa forma, fomentamos negócios de impacto socioambiental positivo nas agendas de biodiversidade, floresta e clima, permitindo que eles alcancem autonomia e escala, e que o capital inicial retorne para ser reinvestido, gerando um ciclo virtuoso.

Nesses 15 anos, expandimos nossos investimentos também para o Cerrado, a Caatinga e a Mata Atlântica e ajudamos a recuperar mais de 13 mil hectares por meio de sistemas sustentáveis. Ao longo da nossa trajetória, investimos um total de R$ 360 milhões, apoiamos 340 empreendimentos de impacto socioambiental e 120 iniciativas, por meio de mais de 40 parceiros (organizações dinamizadoras, organizações da sociedade civil, fundos de investimento entre outros).

Olhar para esses números é muito gratificante. Eles simbolizam a semeadura do futuro que estamos construindo nos nossos biomas e comunidades que neles vivem. Seguiremos em frente com a certeza de que a sustentabilidade é a única via possível, que é preciso acreditar no novo, que a transformação é coletiva e que, mais do que gerar negócios sustentáveis, estamos impactando vidas. As nossas e as que ainda vão nascer.

## Visto, lido e ouvido

**Desde 1960**

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

## Visão econômica

Depois de a Câmara dos Deputados ter aprovado, no último dia 25, o projeto de Lei prevendo a taxação dos fundos de alta renda, tanto no Brasil quanto na *offshore*, a discussão sobre a cobrança de impostos dos super-ricos, como deseja o atual governo, ganhou corpo ou materialidade. Isso, no entanto, não isenta essa proposta de toda uma áurea de projeto recheado de intenções do tipo puramente ideológico, mais voltado para a satisfação de desejos das bancadas mais radicais da esquerda. Toda e qualquer situação de pobreza tem em sua raiz a existência de uma classe de ricos, sendo a pobreza um produto inverso e perverso da riqueza. Nada mais falso e, ao mesmo tempo, fantasioso.

Embora seja um tópico relevante para desmistificar propostas dessa natureza, o fato é que intenções como essa têm sido discutidas em muitas partes do mundo. Países que, simplesmente, optaram por implementá-la, como é o caso da França e outros, logo se deram conta de que estavam, literalmente, dando um tiro no pé. Tão logo essa medida foi estabelecida na prática, os milionários franceses, assim como outros, trataram de transferir suas riquezas e rendimentos para outros cantos do mundo, salvando seus patrimônios da sanha ideológica e insana de governos com esse pensamento. O resultado foi a retirada em massa de grandes capitais do país, tornando a economia e as finanças locais ainda mais frágeis e sujeitas a crises. Até 1º de abril, os investidores estrangeiros haviam retirado mais de R$ 22 bilhões da nossa Bolsa de Valores, afirmou o especialista em investimentos Vitor Miziara.

Tão logo os efeitos negativos foram sentidos, a ideia de taxação dos super-ricos foi abandonada para sempre, como ideia tola. Nos países em que o fenômeno da pobreza é acentuado, 99,9% das vezes decorre de políticas de Estado mal elaboradas, corrupção sistêmica ou concentração de renda em torno da cúpula do governo e seus apaniguados. Os super-ricos entram nessa história como uma espécie de bode expiatório.

No mês passado, o ministro das Finanças da Alemanha, ou seja, do país mais rico da Europa, Christian Lindner, simplesmente rejeitou a proposta feita pelo Brasil de taxar os super-ricos. Segundo ele, seu país tem um conjunto de tributação e regras fiscais que se adaptam muito bem à Alemanha e respondem às necessidades da população. Como os países sérios têm rejeitado essa medida e outras semelhantes, a estratégia do Brasil, que nesse momento preside o G20, é levar a tributação dos super-ricos para uma discussão global, incluindo a taxação também de grandes empresas. Querer introduzir nos complexos e exatos mecanismos da economia ideias do tipo ideológicas, sem base empírica ou minimamente coerentes, nunca funcionou, e não há possibilidades de que venha a funcionar algum dia. Pior ainda é a utilização de fóruns internacionais para apresentar propostas econômicas sem lastro na razão e que não resistiriam ao menor e mais primário dos questionamentos matemáticos.

A inclusão do papa nessa questão, como feito pelo ministro da Fazenda do Brasil, não passa, para os observadores mais atentos de uma pantomima própria daqueles que não têm propostas assentadas no bom senso, ou sequer um projeto para tirar a economia do Brasil do buraco, cavado pelo atual governo. Nem Jesus nessa causa!

De fato, não escondem que a proposta tem como objetivo reduzir o deficit nas finanças públicas. O caminho sensato para a redução do deficit seria o corte nas despesas e maior rigidez nos gastos. Possibilidade impossível para quem ainda não conseguiu descer do palanque. Há um deficit gigante de sensatez que o leva a atrelar a economia aos princípios puramente ideológicos. Para um país que tem uma das maiores cargas tributárias do planeta, que obriga os brasileiros a trabalharem até maio apenas para acertar as contas com o Fisco e tem afugentado todo e qualquer investimento internacional, tributar os ganhos dos super-ricos, sobretudo aqueles em que basta um clicar de botão para ser deslocado para outro país, é tão promissor quanto promessas em anos eleitorais.

Ninguém em sã consciência deixará seu dinheiro parado num país cujas regras fiscais variam como as nuvens no céu. Ainda mais sabendo que tem tubarão de olho grande nele. Faria mais sentido tributar todas e quaisquer fortunas cuja origem é nebulosa e cercada de um laranjal a perder de vista. Mais sentido, aos olhos dos contribuintes que bancam a festa, seria tributar aqueles que, da noite para o dia, viram suas fortunas aumentarem graças à generosidade da viúva, leniência da Justiça e miopia dos tribunais de contas.

**A frase que foi pronunciada:**

"No Brasil tem muita cachaça e pouca oração."

Papa Francisco

## História de Brasília

*No Eixo Rodoviário, em frente ao Hospital Distrital, depois de tanto trabalho, as barraquinhas ambulantes estão localizadas sobre a grama, o que não é justo.*
***(Publicada em 10/4/1962)***